

Capítulo 3

Proteção de bem natural em contexto urbano: o caso do Córrego do Cula em Campos dos Goytacazes (RJ)

Arthur Soffiati¹

3.1 Introdução

Dos quatro grandes canais naturais do delta do Paraíba do Sul, o primeiro mais conhecido é o do próprio rio. O segundo é o Córrego do Cula ou Grande Canal, que Alberto Ribeiro Lamego julgou ser o primeiro braço do grande curso d'água. Atualmente, os especialistas consideram que ele não chegou a mar aberto e que foi progressivamente abandonado pelo rio de cujo delta faz parte. Esse abandono implicou o processo de embrejamento. Inúmeras intervenções humanas, a partir do século XVII, contribuíram para agravar seu estado de degradação. Restou dele apenas um estirão na cidade de Campos dos Goytacazes. Ele foi o único que não sofreu a ação do Departamento Nacional de Obras e Saneamento. Em 2002, o que restou dele foi tombado pelo seu valor geológico. Contudo, a área em que se situa sofre grande pressão da especulação imobiliária e passa por acelerada urbanização, o que ameaça a integridade do bem tombado. O objetivo deste capítulo é estudar a história natural e cultural do Córrego do Cula e discutir questões relativas a seu tombamento, sempre ameaçado pelos diversos empreendimentos públicos e privados no âmbito da sua bacia.

Em princípio, o conceito de bem cultural só se aplica a obras produzidas por antropossociedades, sejam elas materiais ou imateriais. O mesmo se pode afirmar para o instrumento do tombamento. No avançado anteprojeto encomendado pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, e por seu amigo Rodrigo Mello de Franco de Andrade a Mário de Andrade, em 1936, a natureza é motivo de proteção apenas na forma de paisagens. Nas palavras de Mário, elas deviam ser entendidas como "determinados lugares da natureza, cuja expansão florística, hidrográfica ou qualquer outra, foi determinada definitivamente pela indústria humana dos Brasis, como cidades lacustres, canais, aldeamentos, caminhos, grutas trabalhadas etc." (ANDRADE, 1981).

¹ Doutor em História Social com concentração em História Ambiental e pesquisador do Núcleo de Estudos Socioambientais da UFF/Campos dos Goytacazes.

Portanto, a natureza não-humana não é bem a ser tombado, a menos que tenha sido transformada pela ação humana. Mesmo assim, o intelectual não deixa claros os limites, pois inclui canais e aldeamentos. Tudo indica que nem mesmo um bem natural modificado pela ação humana coletiva ou individual seria merecedor de proteção.

Ao converter-se no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, o anteprojeto de Mário de Andrade foi profundamente empobrecido. Por outro lado, contudo, as paisagens naturais passaram a merecer atenção. É o que se depreende do parágrafo 2º do Art. 1º:

Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1976).

A primeira proposta de proteção de um dos canais formadores do delta do Rio Paraíba do Sul, conhecido no passado com o nome de Córrego do Cula ou Grande Canal, partiu do autor deste capítulo. Ela foi dirigida à Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos, constituída pelo (DNPM-CPRM-SBG-ABC-SBP-IPHAN-IBAMA-SBE-ABEQUA), em 08 de março de 2001. Tal comissão representa, no Brasil, o World Heritage Committee, da UNESCO.

A justificativa apresentada para registro do sítio, por apresentar valor mundial, foi vazada nos seguintes termos:

Para a inclusão como PATRIMÔNIO MUNDIAL: Trata-se do maior paleocanal do rio Paraíba do Sul. Para Alberto Ribeiro Lamego (1955), é o primeiro canal do rio Paraíba do Sul; para Suguíu, Flexor, Martín e Dominguez, vem a ser o maior canal abandonado do rio Paraíba do Sul, dirigindo-se para o cabo de São Tomé e chegando ao mar por uma desembocadura tipo pé de ganso, dentro de uma intralaguna. Lamego defendeu esta tese, mas sendo este o primeiro delta do rio Paraíba do Sul e desembocando na forma de pé de ganso em mar aberto. Estamos diante de um grande paleocanal do rio Paraíba do Sul que funcionava como extravasor do excedente hídrico nos eventos torrenciais. Tem também um valor cultural e histórico. Ele figura com o nome de Grande Canal ou Canal do Cula nos célebres relatório e carta do Distrito dos Campos Goiatacás formulados pelo cartógrafo militar Manoel Martins do Couto Reis, em 1785, e foi intensamente estudado por Alberto Ribeiro Lamego em *O Homem e o Brejo* (1945) e *Geologia das Quadrículas de Campos, São Tomé, Lagoa Feia e Xexé* (1955). Mantido limpo por escravos dos Jesuítas até a expulsão desta ordem do Império Português, ele foi sendo progressivamente abandonado e, a partir da abertura do canal Campos-Macaé, seccionado em diversas partes, mormente depois da criação do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, em

1940. Hoje, restam dele secções remanescentes que deveriam ser localizadas, identificadas, protegidas e, se possível, revitalizadas (SOFFIATI NETTO, 2001).

A proposta deveria ser submetida a especialistas experientes. Caso aprovada, seu estatuto de patrimônio mundial, conferido pela UNESCO, não seria suficiente para proteger o bem, face à fraqueza do instrumento de proteção. Paralelamente, então, com base no Decreto-Lei nº 25/37, um grupo formado por pesquisadores da Universidade Federal Fluminense, do Instituto Federal Fluminense e da Universidade Estadual do Norte Fluminense propôs ao Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro o tombamento do Córrego do Cula associado ao Canal Campos Macaé, em 2002 (TEIXEIRA; PAES; SILVA; SOFFIATI NETTO, 2002). A proposta foi aceita e ambos os bens foram tombados em 30 de dezembro de 2002 pelo processo nº. E-18/001.134/2002. O Canal Campos-Macaé foi tombado em toda sua extensão, envolvendo os municípios de Campos dos Goytacazes, Quissamã, Carapebus e Macaé. O Córrego do Cula só foi protegido em seu trecho urbano, em Campos dos Goytacazes (INEPAC, 2002).

Para a compreensão das ameaças que sofrem os bens culturais, notadamente os de caráter natural, tornam-se necessários mais detalhes sobre o Córrego do Cula.

3.2 A formação geológica do Córrego do Cula

A tese mais aceita, atualmente, a explicar a formação do delta do Rio Paraíba do Sul foi formulada pelos geólogos Martin, Suguiú, Dominguez e Flexor (1997).

Em seus lineamentos gerais, podemos sintetizá-la, considerando os seguintes aspectos:

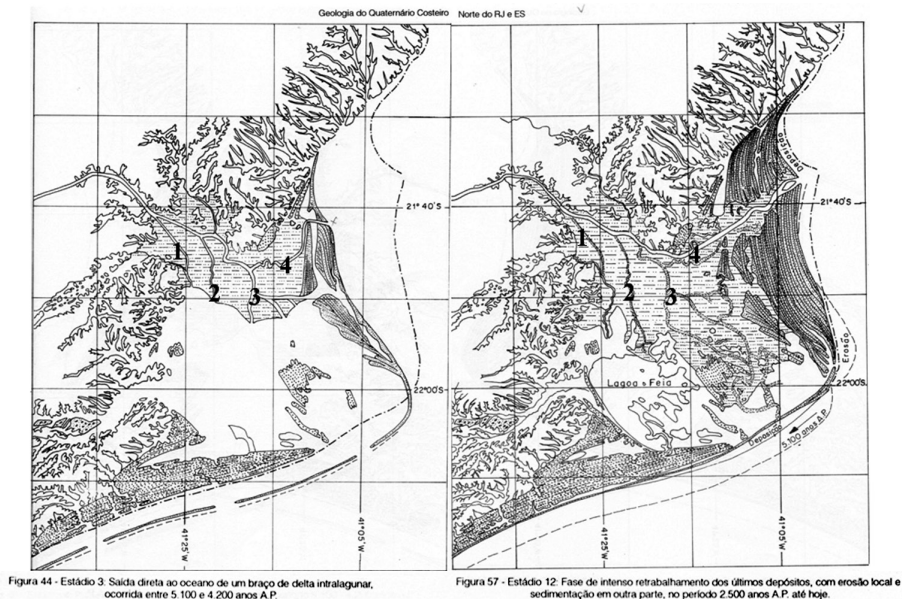
Entre a foz do Rio Macaé (RJ) e a foz do Rio Itapemirim (ES), uma configuração costeira peculiar se destaca da costa abaixo do primeiro rio e acima do segundo. De Arraial do Cabo à margem direita do Rio Macaé e ao norte da margem esquerda do Rio Itapemirim, a formação cristalina pré-cambriana, com mais de 600 milhões de anos, toca o mar. Entre as duas, o trabalho geológico de pelo menos 60 milhões de anos construiu um monumental acrescido de marinha com feições geológicas e geomorfológicas que afastam o cristalino do mar. Ele se assemelha a um arco em cujas extremidades o aterro se estreita. No seu centro, onde se torna mais largo, ele é ocupado por uma vasta planície aluvial formada pelo Rio Paraíba do Sul.

No início do Holoceno, em torno de 11 mil anos antes do presente, toda a extensão entre os Rios Macaé e Itapemirim era ocupada por duas unidades da Formação Barreiras, popularmente conhecida por tabuleiro. A primeira situava-se entre os Rios Macaé e Itabapoana. A segunda, deste até o Rio Itapemirim.

Com o aquecimento global natural da Terra, as geleiras começaram a derreter-se e o nível do mar subiu progressivamente. Na região que futuramente será denominada norte fluminense, pouco a pouco, o mar invadiu as partes mais baixas do tabuleiro e alcançou a zona cristalina na altura de Itereré. A foz do Rio Paraíba do Sul, cuja localização antiga não se conhece, foi afogada. A grande unidade de tabuleiro foi dividida em duas. Junto à costa, fragmentos dela resistiram ao avanço do mar e formaram ilhas, o que permitiu a configuração de uma semilaguna. Dentro dela, o Rio Paraíba do Sul foi progradando (avançando) por meio de quatro grandes braços (canais) que dariam origem aos canais de Itereré, Cacumanga, Cula e Paraíba do Sul. Este último foi o primeiro a chegar ao mar aberto. Trata-se do leito atual.

Progressivamente, o Paraíba do Sul foi construindo uma planície aluvial entre os dois fragmentos de tabuleiro separados pela transgressão (avanço) do mar. Na margem direita do rio, formou-se uma profusão de lagoas, destacando-se de todas a grande Lagoa Feia, que capturou os Rios Macabu e Ururaí. Esse segundo só passou a existir com a nova configuração das terras baixas da região. Três dos quatro paleocanais foram paulatinamente abandonados pelo canal principal do rio, que arrematou a construção da planície permitindo a formação de uma grande restinga, que se estende do Cabo de São Tomé a Guaxindiba, como mostra a Figura 1.

Figura 1 – Formação geológica do delta do Paraíba do Sul segundo Martin, Suguui, Dominguez e Flexor (op. cit.). Legenda: 1- Canal de Itereré, 2- Canal de Cacumanga, 3- Canal de Cula, 4- Canal do Paraíba do Sul

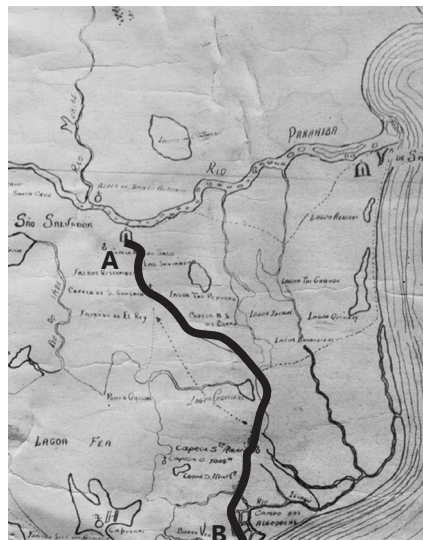


3.3 O Córrego do Cula na história regional

Que se saiba, nenhuma referência existe ao Córrego do Cula ou Córrego Grande antes de 1767, quando Manoel Vieira Leão, Sargento-Mor e Governador da Fortaleza do Castelo de São Sebastião da Cidade do Rio de Janeiro, por ordem do Conde de Cunha, Capitão General e Vice-Rei do Brasil, recebeu o encargo de traçar uma planta topográfica da Capitania do Rio de Janeiro. Com dificuldade de desbravar a região serrana, Vieira Leão concentrou os detalhes do seu levantamento nas planícies costeiras.

No território correspondente ao futuro norte fluminense, ele registrou o Córrego do Cula começando na margem direita do Rio Paraíba do Sul, defronte a embocadura do Rio Muriaé, último afluente do maior curso d'água do Rio de Janeiro. Com bastante precisão, ele mostra a Capela do Saco construída na margem direita do Córrego Grande, que desce em direção a um ponto mais próximo à Barra do Furado do que ao Cabo de São Tomé, onde desembocava no Rio Iguaçu, defluente da Lagoa Feia. Nesta sua derivação, ele coleia nas imediações da Fazenda do Visconde e da Capela de São Gonçalo, ao que tudo indica, já cortado em vários pontos pelo Caminho Geral, que ligava a Vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes ao Cabo de São Tomé. Com nitidez, o acidente geográfico é assinalado com o nome de Córrego Grande, como se pode ver na Figura 2.

Figura 2 – Carta topográfica da Capitania do Rio de Janeiro feita por ordem do Cōde de Cunha Capitão General e Vice Rey do Estado do Brazil. Por Manoel Vieira Leão Sargento Mor e Governador da fortaleza do Castelo de São Sebastião da cidade do Rio de Janeiro em o anno de 1767. O Córrego Grande está assinalado entre as letras A e B



Dezesseis anos depois, em 1783, o Capitão de Infantaria Manoel Martins do Couto Reis, competente cartógrafo, foi designado pelo Vice-Rei do Brasil Luís de Vasconcelos e Souza para levantar uma carta topográfica do Distrito dos Campos Goitacás, tendo em vista a sua vastidão de terras baixas e suas riquezas. Trabalhando com afinco durante dois anos, o miliciano nos legou dois dos mais preciosos documentos relativos à região: um primoroso mapa e um relatório tratando da geomorfologia, da qualidade dos solos, dos rios, canais e lagoas, da vegetação e da fauna nativas, da economia, da sociedade e da cultura dos habitantes regionais.

Sobre o Canal do Cula, anota ele, em seu relatório:

Do Rio Paraíba a Oeste da Ponta do Recife principia o Córrego grande, e passando pelo Distrito da Freguesia de S. Gonçalo [atual Goitacases], atravessa três vezes pela estrada geral^A: e recebendo águas de diversas partes com que muito se aumenta, vai por detrás da Capela de S. Amaro; e dali para o Rio do Coqueiro encontrar-se com o do Valentim (COUTO REIS, 1785).

Ao contrário do que os historiadores têm incessantemente repetido, parece que o Córrego Grande apresentava problemas de navegabilidade. Tanto assim que Couto Reis comenta um projeto que os jesuítas pretendiam desenvolver nele. Em suas palavras:

[...] não será fora de lugar manifestar uma idéia, que tiveram os Jesuítas, sobre certa navegação cujo projeto não foi posto em praxe, por oposição do povo, talvez, com menos razão, segundo me certificou um velho muito sério, ao meu parecer digno de crédito; como também a que teve um homem morador de Ururáí (...) Já sabemos, que o Córrego grande nasce do Paraíba ao Oeste da Ponta do Recife^B e que se comunica por outro extremo no Rio do Coqueiro com outros, que saem da Lagoa Feia, e discorrem por várias partes. Isto suposto, pretendiam pelo referido córrego os Jesuítas com aquela arte, que lhes ministravam os seus grandes conhecimentos, indústria, e interesses, fazer uma continuada navegação da Lagoa Feia até o Paraíba: é bem certo, que eles não tentariam uma obra de semelhante natureza, sem procederem os mais exatos exames de nivelamento, para virem aperceber as possibilidades, ou dificuldades, que se pudessem oferecer; porquanto nos seus Colégios tinham homens peritíssimos para todas as faculdades, e ministérios. Foi-lhes impugnado o projeto pelo povo, persuadido, que aquele seria um princípio infalível de se submergirem todos os Campos; porque inundando o Paraíba se despejaria por todos os lugares, menos lembrado de que tendo os mesmos Jesuítas tantas terras no País, as não queriam sacrificar. Ainda quando não conhecendo qual das partes do terreno era mais elevada, não lhe ficava lugar para dúvidas; porque se supunha que o Paraíba ocasionasse alguma submersão depois de encanar alguma parte das suas águas pelo dito córrego, também devia supor o mesmo

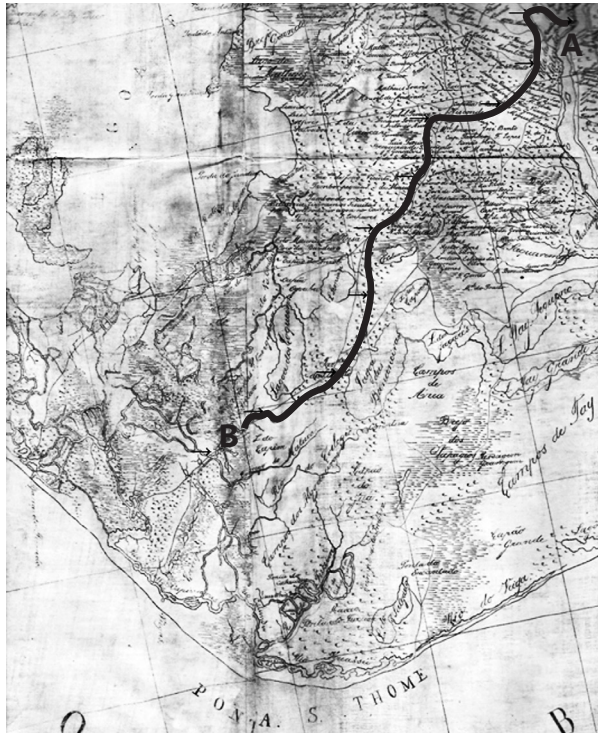
^A "Nas partes em que atravessa a Estrada não conserva águas e apenas se conhece o vestígio" (Nota de Couto Reis), p. 15.

^B "Pouco distante da Vila de S. Salvador a sua barra se conserva tapada e apenas aparece o vestígio dela." (Nota de Couto Reis), p. 20.

das Valetas, e Rio Preto, que estão em iguais, e não acontece assim. Outrossim, ignorando ele, o povo, a diferença das alturas do terreno, podia também supor, que assim como o Paraíba faria aquele sonhado estrago, não há a menor razão para que o não faça a Lagoa Feia [...] Eu me persuado contra o comum sentir, de que precedendo-se os necessários exames de nivelamento, e vendo-se no conhecimento do possível, seria esta uma obra de muita importância, e necessidade; e um modo de fácil de ter os Campos menos alagados, sem tão repetida dependência da barra do Furado, que não pode ser aberta sem favor de certos ventos. É bem de crer, que encanadas as águas pelo mencionado córrego, e dirigidas para o Paraíba – quando ele está baixo – não só se lhe aumentava a corrente, e o corpo, com também se diminuía o da Lagoa Feia, que é tão prejudicial, e dado o caso, que o mesmo Paraíba subisse tanto de ponto, quando se inundasse, que forcejasse contra o novo canal a encaminhar-se por ele, fácil seria o remédio (COUTO REIS, 1785, p. 19-21).

A Figura 3 mostra o paleocanal no mapa levantado pelo capitão.

Figura 3 - Mapa topográfico que acompanha a *Descrição Geográfica, Política e Cronográfica do Distrito dos Campos Goitacás* traçado por Manoel Martins do Couto Reis. O curso do Córrego do Cula está indicado entre as letras A e B, do Rio Paraíba do Sul até o ponto em que desemboca no complexo Rio Iguaçu, defluente da Lagoa Feia



Embora tenha passado dois anos na futura região norte-noroeste fluminense, Couto Reis não pôde perceber, com detalhes, a suave declividade da planície do Rio Paraíba do Sul em direção à Lagoa Feia, de modo que toda água transbordada por ele, pela margem direita, rumava lentamente para a segunda. Ao contrário, as águas transbordadas pela margem esquerda retornavam, em grande parte, ao leito do rio, por ser ela um pouco mais alta. Essa percepção coube a José Carneiro da Silva, em 1819, que suspeitou de uma ligação subterrânea do rio com a lagoa (SILVA, 2010). Em 1837, o major Bellegarde comprovou a suspeita (BELLEGARDE, 1837).

Assim, não eram tão infundados os receios da população acerca do projeto dos jesuítas para o Córrego do Cula como o da hidrovía em todo seu curso para promover a navegação entre os Rios Paraíba do Sul e Iguaçú. Tal ligação permitiria alcançar a Lagoa Feia para o escoamento das águas das cheias no Paraíba do Sul, quando esse baixasse seu nível.

Parece claro também, pelo depoimento do capitão cartógrafo, que o Cula ou não era navegável ou só o era em certos trechos, visto ser cortado pela Estrada Geral, que já existia à época e que servirá de base, futuramente, para a ferrovia São Sebastião e para a atual rodovia RJ-216.

No século XIX, o Córrego do Cula sofreu um grande corte. O Canal Campos-Macaé interrompeu, drasticamente, seu curso. Aos poucos, ele foi aterrado e ocultado. Em 1865, um primoroso trabalho de cartografia organizado por Pedro D'Ancantara Bellegarde e Conrado Jacob Niemeyer ainda mostra o córrego, embora não o nomeie (BELLEGARDE E NIEMEYER, 1865). Colton, no ano seguinte, praticamente copia a Carta Corográfica do Rio de Janeiro traçada pelos dois cartógrafos. Exatamente por isto, o canal figura nele (COLTON, 1866). Convém observar que a ausência de nome no acidente geográfico talvez expresse o declínio da sua importância (Figura 4).

Vamos encontrá-lo novamente na planta da cidade de Campos, levantada por Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, em 1902, para acompanhar o livro *Saneamento de Campos*, editado no ano seguinte. O ilustre engenheiro escreve que

[...] nestes campos assim preparados pela natureza para se colher a messe de benefícios que há tantos anos uma população laboriosa explora, existem poderosos focos de males, constituídos pelas depressões ou bacias pantanosas que esperam pela ação inteligente para no porvir, pela drenagem agrícola, serem aproveitadas como reservas fertilizadoras valiosas, como efetivamente o são. Outras depressões existem ou existiam como cursos de inundação, e dão idéia da luta que se travou pela escolha do leito em largo delta; na planta pode-se recompor, pelos elementos que figuramos, o antigo córrego do *Cula*, que vinha se juntar com o do *Cacumanga*, hoje ambos cortados pelo Canal de Campos a Macaé e interrompidos por aterros de ruas etc. [Itálicos no original] (BRITO, 1903).

Figura 4 – Na *Nova Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro*, o Córrego Grande está assinalado entre as letras A e B



Em 1929, o sanitarista volta a mencioná-lo em outro trabalho. Trata-se de *Defesa Contra as Inundações*. No mapa que o acompanha, o curso d'água não está mais ligado ao Rio Paraíba do Sul. A ferrovia São Sebastião o acompanha e o corta em vários pontos. Finalmente, o Cula se mistura às águas do Rio Iguazu, como demonstra a Figura 5.

Neste trabalho, Saturnino de Brito salienta, à página 318, que

A planta da cidade mostra que se tem a cota 12,0 (*datum* da planta de Campos) ou 13,5 (*datum* da Inspeção de Portos e Costas) na Coroa, onde existe a instalação para o abastecimento de água; pouco adiante se encontra a elevação em que está o Cemitério, atingindo a cota 15,0 (I.P.C.). Entre estas duas pequenas elevações, a cota é 11,3 (I.P.C.), e nesta depressão entram as águas das enchentes (máx. cheia 11,6), que alagam os terrenos, juntam-se com outras que entram à montante do Cemitério, e, procurando os leitos de antigos córregos (Cula, Cacumanga), vão ter ao canal (BRITO, 1944).

Figura 6 – Entre os pontos A e B, que assinalam o trecho urbano do Córrego do Cula, cerca de 1857, lê-se: “Valão por onde em 1833 na sua enchente extraordinária transbordou o Rio Paraíba bem assim anteriormente em casos semelhantes se bem que pouco vulgares”. No seu início, ao norte, os cartógrafos registram “Cemitério Público fechado com estacada”. Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro



Atendendo à determinação federal, Alberto Ribeiro Lamego traçou s plantas dos municípios de Campos e de São João da Barra. Mais uma vez, o Córrego do Cula aparece, mas em plano grande, o que não permite verificar seu curso no meio urbano de Campos (LAMEGO, 1938), em consonância com a Figura 7

No Plano Diretor de 1944, encomendado ao Escritório Coimbra Bueno, a planta referente à drenagem mostra que a Usina do Queimado e suas dependências foram construídas às margens do Córrego do Cula ou Grande (BUENO, 1944). É o que se pode deprender das Figuras 8 e 9.

Figura 7 – Plantas dos Municípios de Campos e de São João da Barra organizadas por Alberto Ribeiro Lamego. O Córrego Grande está indicado entre as letras A e B

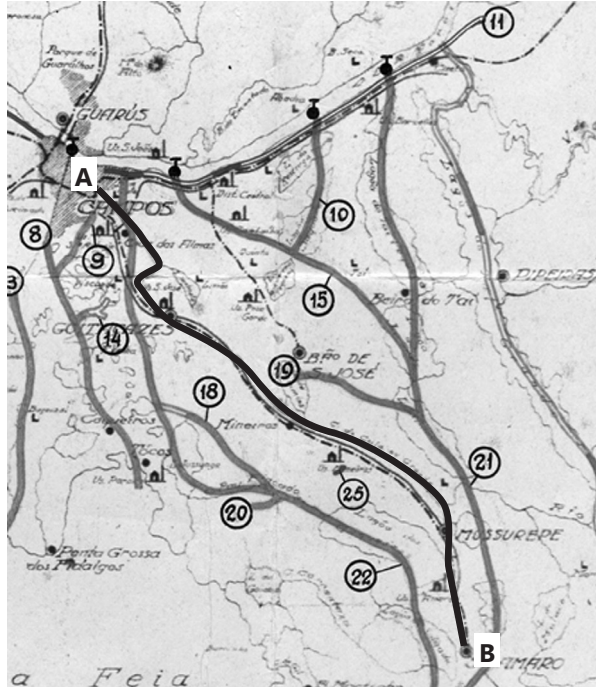


Figura 8 – Planta do Plano Coimbra Bueno (1944) registrando os pontos de drenagem urbana de Campos. O Córrego do Cula está indicado pelas letras A e B, e a Usina do Queimado pela letra C

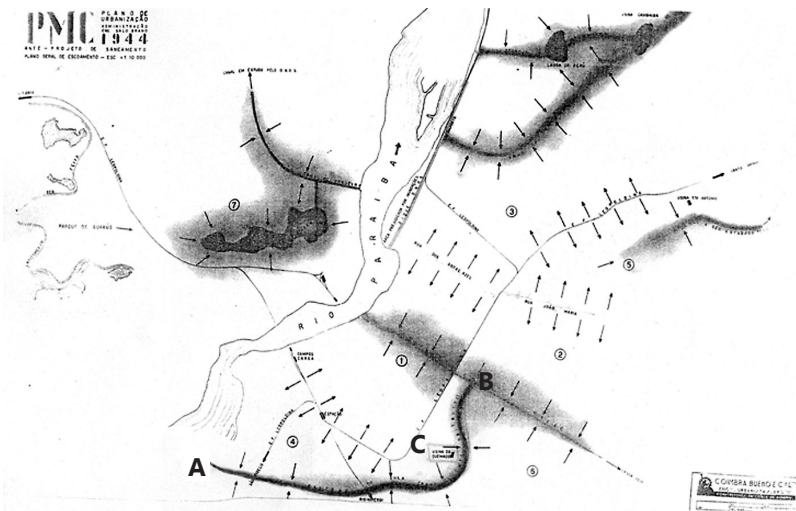
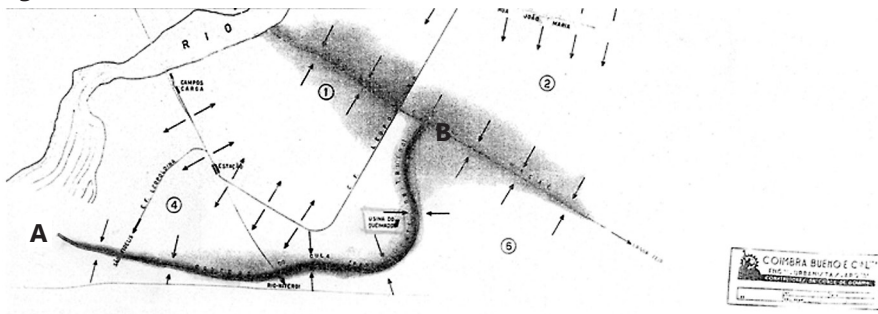
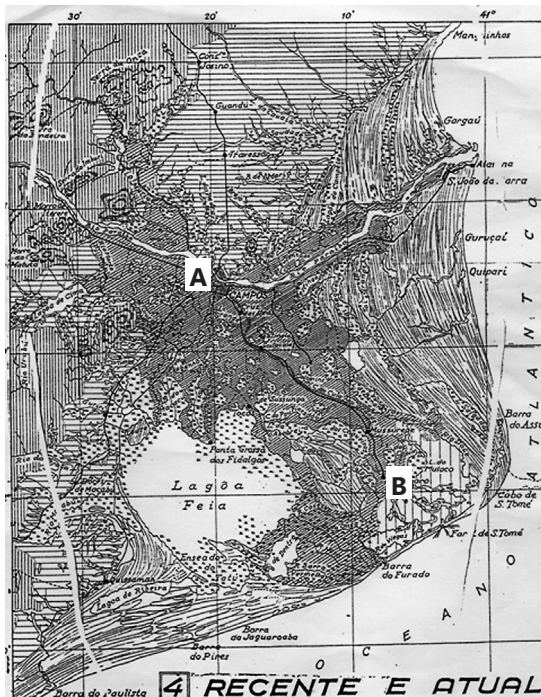


Figura 9 – Detalhe do trecho urbano do Canal assinalado entre as letras A e B



Em *O Homem e o Brejo*, primeiro volume de sua famosa tetralogia, publicado em 1945, Alberto Ribeiro Lamego acrescenta uma sequência de quatro mapas para mostrar a formação geológica da planície fluvio-marinha. No último deles, aparece, em toda a sua extensão, o Córrego do Cula, mas também numa escala que não permite acompanhar o seu curso no meio urbano (LAMEGO, 1945). Figura 10.

Figura 10 – Quarto mapa sobre a formação geológica da planície fluvio-marinha do norte fluminense, por Alberto Ribeiro Lamego em *O Homem e o Brejo*. O Córrego do Cula está marcado entre as letras A e B



Mais maduro, Lamego lançou, em 1955, um pequeno trabalho que atualizou seus conhecimentos sobre as unidades geológicas do norte-noroeste fluminense. Nele, o autor descreve claramente o curso urbano do Córrego do Cula no interior da cidade de Campos.

O leito principal do velho Paraíba ao longo desse delta ainda é visível em quase todo o seu percurso, sob a denominação de Córrego do Cula ou Córrego Grande [...] Em fins do século XVII quando foi iniciada a penetração dos Campos dos Goitacás era ele ainda navegável. Acha-se hoje quase todo seco, reduzido a trechos embrejados, e seccionados por aterros. Mas podemos acompanhar-lhe o traçado desde a saída do Paraíba, em frente à foz do Muriaé de onde segue para o sul e contorna a cidade, passando à frente da Usina do Queimado para continuar até Santo Amaro ao longo da Estrada de Ferro Leopoldina (LAMEGO, 1955).

Este trabalho é acompanhado de um mapa datado de 1954 e deixa nítido o trajeto do Córrego do Cula no interior da cidade de Campos. Lamego chegou ao apogeu de sua vida intelectual ao publicar este estudo (LAMEGO, 1954). Daí em diante, parece que ele repete o resultado de suas pesquisas e de suas interpretações sobre a formação geológica da planície fluviomarina. Tanto assim que, na segunda edição de *O Homem e o Brejo*, ele repete, exatamente, as palavras acima citadas (LAMEGO, 1974). Sinal, certamente, de que sua opinião foi mantida. Ver Figura 11.

Figura 11 – Mapa elaborado por Alberto Ribeiro Lamego tomando por base cartográfica carta de Marcelino Ramos da Silva. À esquerda, o curso completo do Córrego do Cula entre as letras A e B. À direita, detalhe do Córrego no trecho urbano, entre as letras A e B, mostrando sua passagem em frente à Usina do Queimado



Mas a história do Córrego Grande não para por aqui. Na Folha Campos, da *Carta do Brasil-IBGE*, aparece um sintomático curso d'água desaguando no

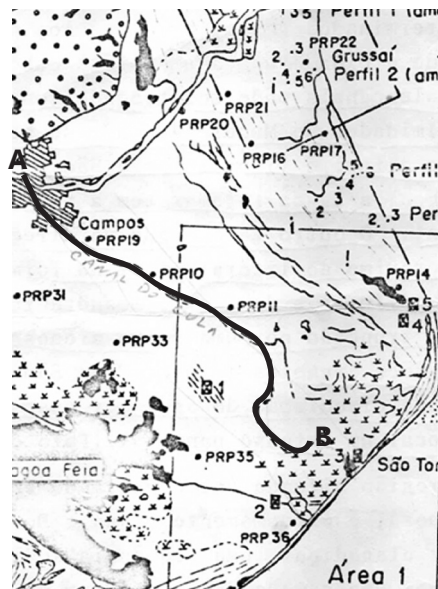
Canal Campos-Macaé e passando defronte à Usina do Queimado (FIBGE, 1968). Pela escala, não houve, certamente, espaço para nomeá-lo. Tudo indica tratar-se do Córrego do Cula, que, com o tempo, passou a chamar-se Canal do Queimado, por estar a Usina do Queimado em suas margens. Seu traçado, em consonância com a geometria fractal, contrasta com a geometria euclidiana imposta ao canal Campos-Macaé. Sinal claro de que não foi construído – mas unicamente destruído – por mão humana.

Em 1981, o geólogo Gilberto Dias faz um registro dele nos seguintes termos:

Apartir das fotografias aéreas analisadas (FAB-CRM/1976–1:20.000) foram determinados vestígios de vários paleocanais na faixa que se estende desde a cidade de Campos até o cabo de São Tomé. O mais conspicuo desses paleocanais pôde ser traçado continuamente desde Campos até as proximidades de Muçurepe, onde se bifurca em duas direções. Um dos ramos atinge o litoral entre São Tomé e Barra do Furado; neste local a Lagoa Lagamar tem a sua morfologia condicionada pelo paleocanal. O outro ramo segue na direção do Cabo de São Tomé e se espalha próximo ao litoral atual na forma de numerosos canais radiais rasos, difusos e de padrão meandrante. Todo este sistema de paleocanais é truncado por uma faixa arenosa caracterizada por uma sucessão de cordões. Atualmente não existe circulação de água por esses canais, desenvolvendo-se naquele local um extenso pantanal (DIAS, 1981).

Mesmo bastante mutilado, o Cula pode ser visto na Figura 12.

Figura 12 – Córrego do Cula registrado pelo geólogo Gilberto Dias (Op. cit.) entre os pontos A e B



3.4 A agonia do Córrego do Cula

Sérgio Buarque de Holanda explica que, nos primórdios da colonização europeia da América, os exploradores adotaram as técnicas e tecnologias dos povos indígenas, assim como os caminhos que uma natureza desconhecida e muitas vezes hostil apontava (HOLANDA, 1976). A direção norte-sul do Córrego do Cula consistiu num eixo natural a ser seguido em direção ao interior. Pouco a pouco, uma estrada de terra foi se constituindo ao longo do curso d'água, até a margem direita do Rio Paraíba do Sul e ao sítio em que se ergueria a vila e a cidade de Campos.

Esse caminho foi aterrando trechos do córrego e seccionando-o em vários pontos. Quem, saindo do Rio de Janeiro, seguia em direção nordeste e norte deveria fazer a pé ou a cavalo o percurso costeiro até o ponto em que se ergue, hoje, a localidade do Farol de São Tomé. Daí, o viajante tomava a Estrada Geral rumo a Campos e ao Rio Paraíba do Sul, pelo qual navegava até a foz para retomar a costa. Foi essa a rota percorrida pelos naturalistas europeus Maximiliano de Wied-Neuwied (1815) e August de Saint-Hilaire (1818).

Da mesma forma, quem partia de Salvador rumo ao Rio de Janeiro fazia trajeto inverso. Eis o motivo de contar o estudioso hoje com tanta informação sobre essa rota e os sítios que ela cruzava, ao passo que escassas são as informações sobre o trecho costeiro entre o Grande Canal e a foz do Paraíba do Sul.

A incisão mais profunda no córrego, porém, foi efetuada pela abertura do canal de navegação de Campos e Macaé, construído entre os anos de 1844 e 1861. Essa via aquática de transporte dividiu o Cula em dois trechos. O urbano estendia-se da margem direita do Rio Paraíba do Sul e terminava no Canal Campos-Macaé, como se verifica ainda hoje. O trecho rural continuava pela margem esquerda do Canal e dirigia-se à baixada, até desembocar no Rio Iguçu.

O Canal Campos-Macaé foi muito pouco usado para seus propósitos de transporte humano, animal e de mercadorias. Logo após a sua construção, Campos tornou-se um importante centro ferroviário. A maior estrada de ferro ligava Campos a Macaé e, logo em seguida, a Niterói. Outra grande linha férrea começava em Guarus, margem esquerda do Paraíba do Sul, e dirigia-se às regiões hoje denominadas Noroeste Fluminense e da Mata Mineira. Tratava-se da Estrada de Ferro Carangola. A construção de ambas começou no ano de 1875.

Por fim, a ferrovia São Sebastião partia de Campos e dirigia-se à baixada. Encampadas todas elas pela Estrada de Ferro Leopoldina, a antiga ferrovia São Sebastião foi ampliada e chegou à localidade de Santo Amaro. O eixo seguido foi o da Estrada Geral, descaracterizando mais ainda o Grande Canal.

Assim como o hidroviarismo foi substituído pelo ferroviarismo, este cedeu lugar, no século XX, ao rodoviário. Norteando-se pelo Córrego do Cula, abriu-se o Caminho Geral, construiu-se a ferrovia Campos-Santo Amaro, que foi

desativada e substituída pela rodovia RJ-216, ligando Campos a Farol de São Tomé. Outro grande impacto foi sofrido pelo Cula, hoje praticamente soterrado na área rural, posto que as imagens de satélite ainda detectem sua coluna dorsal.

Na cidade de Campos, a expansão urbana para além da Ferrovia Leopoldina, depois Rede Ferroviária Federal S.A., desferiu um grande golpe no canal, capeando-o ou soterrando entre o Rio Paraíba do Sul e o atual bairro Parque Rodoviário. Na última gestão do prefeito José Carlos Vieira Barbosa (1983-1988), o trecho em torno do qual se ergueu o Parque Rodoviário foi capeado a pedido dos moradores. Restou dele apenas o estirão que se estende da ferrovia Campos-Niteroi ao Canal Campos-Macaé.

3.5 O estado atual do Córrego do Cula

Estudiosos da história do capitalismo apontam uma mudança recente na economia de mercado. Esta tendência originou-se após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Para eles, as metrópoles do então chamado primeiro mundo começaram a passar por um processo de desindustrialização, com a substituição das indústrias pelo setor de serviços. Não que os países ricos tenham abandonado a industrialização. O que sucedeu foi a transferência da indústria para áreas periféricas, dentro do próprio país, ou para países periféricos. Eles salientam também que, com o avanço da globalização, o capitalismo passa a capturar a cultura para transformá-la em mercadoria. Assim, as metrópoles saturadas começam a expulsar as indústrias pesadas e comprometedoras do meio urbano para as margens internas ou externas, a valorizar o espaço e a preservar o patrimônio cultural. Esse processo envolve sociedade civil, empresários e governos (BEAUD, 1994; JAMESON, 1997; HARVEY, 1992; LIPIETZ, 1988).

Os pensadores da Escola de Frankfurt previram com preocupação que a industrialização da cultura soterraria a cultura tradicional. Walter Benjamin anunciou o fim da aura que envolve a cultura na era de sua reprodutibilidade técnica (BENJAMIN, 1985). Nenhum, porém, foi ingênuo para afirmar que o capitalismo abdicava do lucro em nome da valorização da cultura. Ao contrário, o capitalismo via na cultura imaterial e material um campo a ser conquistado para a produção de novas mercadorias.

A partir destes autores, Leonardo Mesentier empreende uma análise da questão patrimonial no Rio de Janeiro. No seu entendimento, o patrimônio cultural urbano tornou-se objeto de valorização pelas políticas públicas, pela sociedade civil e pelo capital. Ele assume o caráter de mercadoria e se torna competitivo (MESENTIER, 2007). Vários são os indícios dessa mudança na cidade, sobretudo a criação de APACs (Áreas de Preservação Artística

e Cultural) pelo poder público em resposta à pressão da sociedade civil, contando também com recursos financeiros das empresas sujas e “limpas”, e obtendo da UNESCO o título de patrimônio cultural da humanidade.

Aplicando tais princípios teóricos a Campos dos Goytacazes, a conclusão a que se chega é inversa. Campos é uma das quatro metrópoles do norte-noroeste fluminense e a maior delas em território e população. O município, bem maior no passado, iniciou sua história na primeira metade do século XVII, com a criação extensiva de gado bovino para abastecer a cidade do Rio de Janeiro, e, logo em seguida, com o cultivo de cana-de-açúcar e a produção de açúcar e álcool.

Esta economia tradicional só é rompida, em parte, com a instalação da Petrobras em Macaé e, mais recentemente, com a implantação ainda em curso do Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú. Para as cidades e para a região, continua valendo a antiga lógica do capitalismo em se apoderar do espaço rural e urbano para transformá-lo em mercadoria. A chamada destruição criativa, bem analisada por Marshall Berman (BERMAN, 1986), continua valendo para a região. Os sucessivos governos de Campos, desde a década de 1980, vangloriam-se de contar a cidade com o maior conjunto de prédios em estilo eclético do Estado do Rio de Janeiro, mas não apenas cruzam os braços diante da demolição de edificações deste conjunto como facilitam sua descaracterização e substituição por estacionamento e novas edificações, que já quebraram a coerência arquitetônica e urbanística da cidade. Campos e o norte-noroeste fluminense, por esta ótica, devem ser considerados áreas periféricas do novo capitalismo ou da nova face do capitalismo.

A área atravessada pelo último estirão do Córrego do Cula passou a ser valorizada pela especulação imobiliária com o fechamento da Usina do Queimado, nos anos de 1980. As terras usadas para o plantio de cana continuaram ainda sob controle do mercado, agora para a expansão urbana, induzida pela construção do novo terminal urbano (Shopping Estrada), na década de 1990, e pela implantação do contorno da BR-101.

Para atender à agroindústria sucroalcooleira, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento já havia drenado Lagoa do Saco pela abertura canal do mesmo nome, conduzindo suas águas cristalinas para o Canal de Cacumanga e deste para a Lagoa Feia. Esta área, abandonada pela cana, foi progressivamente ocupada por empresas de serviços. Seguindo pela estrada de contorno da BR-101, no sentido Vitória-Rio de Janeiro, observa-se a ocupação do espaço da antiga Lagoa do Saco, no lado direito da rodovia, por um motel, um supermercado que já mudou de dono diversas vezes, pelo shopping Boulevard, pelo gigantesco conjunto residencial Recanto das Palmeiras, pela sede de uma empresa de televisão e por uma concessionária de automóveis. Já na estrada em direção ao Rio de Janeiro, além do novo terminal rodoviário,

as instalações do SEST-SENAT e o supermercado Makro se destacam. Rumo à cidade, foram erguidos dois prédios verticais residenciais, o supermercado WalMart, um condomínio fechado, uma academia de ginástica e uma sucursal do McDonald's, além de edificações anteriores.

Tais mudanças processaram-se nos últimos 30 anos, após o encerramento das atividades da Usina do Queimado. A loja do McDonald's, a academia de ginástica e o condomínio fechado implicaram o capeamento de trechos do córrego. E novos empreendimentos são anunciados. Particularmente, no que concerne ao condomínio fechado, sua instalação começou após o tombamento do Grande Canal, ocorrido em 2002.

A ameaça foi denunciada ao INEPAC e à Prefeitura de Campos. A empresa Nogueira Aguiar – Construções e Empreendimentos LTDA, por meio de seu advogado, argumentou que o loteamento sob forma de condomínio horizontal fechado orientou-se por “criteriosa preocupação ambiental e tratamento paisagístico esmerado.” Esforçou-se, ainda, em demonstrar que o curso d'água tratava-se do Canal do Queimado, aberto entre 1920 e 1925 para atender à ampliação industrial da Usina do Queimado com água limpa e abundante do Canal Campos-Macaé. Todavia, por volta de 1950, com a poluição e a falta d'água no Canal Campos-Macaé, o fluxo das águas do canal foi invertido para ser usado como despejo das águas servidas da usina. No empenho de demonstrar que o Canal do Queimado não ganhou este nome por ter sido a usina construída em suas margens, o autor do documento confunde o Córrego do Cula com o Rio Paraíba do Sul.

Por fim, o documento dá ao Grande Canal um traçado completamente fictício para convencer o INEPAC de que o órgão havia sido iludido pelos proponentes do seu tombamento (MARCOS BRUNO E ADVOGADOS ASSOCIADOS, 2004). A argumentação foi convincente, levando o órgão estadual de proteção do patrimônio cultural a autorizar o empreendimento imobiliário (INEPAC, 2005). O parecer do autor deste artigo não conseguiu demover o INEPAC de conceder a autorização, já que seus técnicos procederam ao tombamento sem a devida vistoria dos bens propostos (SOFFIATI NETTO, 2007).

Demonstrado que o curso d'água junto ao qual se ergueu a Usina do Queimado é, de fato, o Córrego do Cula e reconhecido o seu tombamento, as pressões sobre ele não cessaram. A licença para a construção de uma unidade do supermercado WalMart foi condicionada pelo respeito ao que restou do Grande Canal pela Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA, hoje extinta). Contudo, uma vistoria efetuada pelo Ministério Público Estadual revelou que o prédio do supermercado foi erigido sobre um trecho do córrego e que ele foi desviado por um canal de concreto até alcançar o ponto em que corre dentro de manilhas, nos fundos do condomínio fechado.

3.6 Conclusão

Pelo menos uma ameaça ao bem tombado foi contida por iniciativa do Ministério Público Estadual (MPE). No governo do prefeito Alexandre Mocaiber (2005-2008), promoveu-se uma obra para que as águas do córrego passassem a correr por manilhas, entre a linha férrea e o contorno da BR-101. Com ligeireza, o MPE instaurou o Inquérito Civil Público Nº. 307/07 (MPE, 2007) e ofereceu ao Poder Judiciário Estadual duas Ações Cíveis Públicas, uma cautelar e outra principal (PJE, 2007). De imediato, as obras foram embargadas. Disposta a concluir as obras, a Prefeitura de Campos propôs ao MPE um acordo em sede processual com ajustamento de conduta. O acordo foi celebrado entre o MPE, o Município de Campos dos Goytacazes, o consórcio de empresas Imbé-Mecanorte e o INEPAC. Os signatários se comprometeram a 1- respeitar o curso d'água tratando-se ele ou não do Córrego do Cula; 2- substituir manilhas por bueiros celulares com dimensões adequadas onde se fizessem necessário; 3- desfazer os desvios no seu curso, restabelecendo o traçado original; 4- restabelecer a largura original de sua desembocadura no Canal Campos-Macaé; 5- limpar e remover entulho em todos os trechos descobertos do curso d'água entre a linha férrea e o Canal-Campos Macaé, 6- efetuar levantamento do estado do córrego na parte em que está coberto, entre o Rio Paraíba do Sul e a ferrovia Campos-Niterói; 7- implantar orla verde em cada margem do córrego na largura de 30 metros, consoante disposições do Código Florestal, em ambas as margens, entre as principais cláusulas (MPE, 2008).

Novas ameaças continuaram a pressionar o bem tombado, notadamente pelo poder público municipal. O Plano Diretor do Município, instituído pela Lei nº. 7.972, de 31 de março de 2008, aproveitando a instalação de empresas nos arredores do Córrego do Cula, definiu a área como integrante da Macrozona de Atividades Produtivas e de Serviços (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2008). É de se esperar que novos empreendimentos sejam atraídos para a área. Se, de fato, o trecho da BR-101 entre Ururai e Travessão for municipalizado e duplicado, redobrarão as ameaças que pairam sobre o Córrego do Cula.

Referências

ANDRADE, M. **Cartas de trabalho**. Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1946). Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Fundação Pró-Memória, 1981.

BEAUD, M. **História do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BELLEGARDE, H. L. N. **Relatório da 4ª Seção de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro apresentado à respectiva diretoria em agosto de 1837.**

Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. F. da Costa, 1837.

BELLEGARDE, P. D.; NIEMEYER, C. J. **Planta da cidade de Campos dos Goytacazes.** Rio de Janeiro: 1857.

_____. **Nova carta corográfica da Província do Rio de Janeiro, publicada às expensas de Eduardo Bensburg.** Rio de Janeiro: Litografia Imperial, 1865.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRITO, F. S. R. **Saneamento de Campos.** Campos: Tipografia de Silva, Carneiro e Cia., 1903.

_____. **Defesa contra inundações.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

BUENO, J. C. **Plantas do Plano Diretor de Campos.** Rio de Janeiro: 1944.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Lei nº. 7.972, de 31 de março de 2008, instituindo o Plano Diretor do Município.** Campos dos Goytacazes: Câmara Municipal, 2008.

COLTON, G. W e C. B. **Nova carta corográfica da Província do Rio de Janeiro.** Nova Iorque: Colton, 1866.

COUTO REIS, M. M. **Descrição Geográfica, Política e Cronográfica do Distrito dos Campos Goaitacás que por Ordem do Il^{mo.} e Ex^{mo.} Senhor Luiz de Vasconcellos e Souza do Conselho de S. Majestade, Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil, etc se Escreveu para Servir de Explicação ao Mapa Topográfico do mesmo Terreno, que debaixo de dita Ordem se Levantou.** Rio de Janeiro: [sn], 1785. Manuscrito original

DIAS, G. T. M. O complexo deltaico do Rio Paraíba do Sul. In: **SIMPÓSIO DO QUATERNÁRIO NO BRASIL (CTCQ/SBG)**, 4., 1981, Rio de Janeiro. **Anais...** Publicação especial n. 2, 1981. p. 58-79

FIBGE. **Carta do Brasil – Folha Campos**, 1: 50.000. Rio de Janeiro: Fundação

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1968.

GÓES, H. A. **Saneamento da Baixada Fluminense**. Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense. Rio de Janeiro, 1934.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOLANDA, S. B. **Monções**. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

INEPAC. **Relação de bens culturais tombados**. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, 2002.

_____. **Ofício nº. 013/2005 a Nogueira Aguiar – Construções Empreendimentos**. Rio de Janeiro: INEPAC, 13 de janeiro de 2005.

JAMESON, F. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1997.

LAMEGO, A. R. **Carta geológica do Brasil**, escala 1:100.000, folhas Campos (2708), Cabo de São Tomé (2709), Lagoa Feia (2744) e Xexé (2745). Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Departamento Nacional da Produção Mineral/Divisão de Geologia e Mineralogia, 1954.

_____. Geologia das quadrículas de Campos, São Tomé, Lagoa Feia e Xexé. **Boletim nº. 154 da Divisão de Geologia e Mineralogia**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1955.

_____. **O Homem e o Brejo**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1945.

_____. **O Homem e o Brejo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lidador, 1974.

_____. **Plantas dos Municípios de Campos e de São João da Barra organizadas em observância ao Decreto-Lei Nacional nº. 311**, de 2 de março de 1938.

LEÃO, M. V. **Carta topográfica da Capitania do Rio de Janeiro feita por ordem do Conde de Cunha, Capitão General e Vice-Rei do Brasil**. Rio de Janeiro: 1767.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

MARCOS BRUNO E ADVOGADOS ASSOCIADOS. **Petição ao INEPAC**. Campos

dos Goytacazes: 20/12/2004.

MARTIN, L; SUGUIO, K; DOMINGUEZ, J. M. L.; e FLEXOR, J. **Geologia do Quaternário costeiro do litoral norte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo**. Belo Horizonte: CPRM, 1997.

MESENTIER, L. M de. Patrimônio e competição na metrópole contemporânea. **Fórum Patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável**, v. 1, nº. 1. Belo Horizonte: set./dez. de 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: legislação brasileira de proteção aos bens culturais. Brasília: IPHAN, 1976.

MPE. **Acordo em sede processual**. Campos dos Goytacazes: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, 09 de julho de 2008.

_____. **Inquérito Civil Público nº. 307/2007**. Campos dos Goytacazes: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

PJE. **Ação Civil Pública nº. 2007.014.016324-7**. Rio de Janeiro: Poder Judiciário Estadual, 2007.

_____. **Ação Civil Pública nº.2008.014.000716-1**. Rio de Janeiro: Poder Judiciário Estadual, 2007.

SILVA, J. C. **Memória topográfica e histórica sobre os Campos dos Goytacazes com uma notícia breve de suas produções e comércio**. 3ª ed. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2010. (1ª ed.: 1819).

SOFFIATI NETTO, A. A. **Parecer sobre o Córrego do Cula**. Campos dos Goytacazes: 12 de fevereiro de 2007.

_____. **Proposta de sítio geológico do Brasil para registro no patrimônio mundial** (World Heritage Committee – Unesco). Brasília: SIGEP – Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos, 2001.

TEIXEIRA, S.; PAES, S. M.; SILVA, L. V.; SOFFIATI NETTO, A. Arthur. **Proposta de tombamento do Canal Campos-Macaé e do Córrego do Cula**. Campos dos Goytacazes: 2002.